REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº **DE 2025**

(do Sr. Coronel Chrisóstomo)

Requer informações do Ministério da Educação, sobre uma concentração significativa de beneficiários do Programa Péde-Meia em estados do Nordeste onde o atual presidente obteve votação majoritária nas eleições de 2022.

Senhor Presidente.

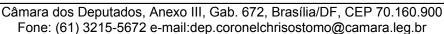
Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ministério da Educação, sobre uma concentração significativa de beneficiários do Programa Pé-de-Meia em estados do Nordeste onde o atual presidente obteve votação majoritária nas eleições de 2022.

Considerando a recente reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , em 5 de março de 2025 e republicada com análise pela Revista Oeste¹, que aponta uma concentração significativa de beneficiários do Programa Pé-de-Meia em estados do Nordeste onde o atual presidente obteve votação majoritária nas eleições de 2022, e envolve segurança a transparência e a equidade na distribuição dos recursos públicos, faz-se necessário o requerimento para que o Ministério informe:

- 1. Quais são os critérios objetivos utilizados pelo Ministério da Educação para a distribuição dos benefícios do Programa Pé-de-Meia entre os Estados?
- 2. Como o Ministério justifica que, dos dez Estados com maior proporção de estudantes beneficiados, nove tiveram estados onde o atual presidente obteve a maior votação nas últimas eleições, conforme apontado na reportagem?
- 3. Solicito o fornecimento de dados detalhados sobre o número de estudantes beneficiados pelo Programa Pé-de-Meia em cada estado, incluindo a porcentagem em relação ao total de alunos do ensino médio da rede pública em 2023.

¹ https://revistaoeste.com/politica/programa-pe-de-meia-governo-privilegia-estados-do-nordeste-onde-lula-venceubolsonaro/









CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO

- 4. O Ministério da Educação utilizou critérios que beneficiem apenas os estudantes que cumpram os requisitos apenas no ano da implementação do Programa Pé-de-Meia ou foram/são beneficiados estudantes de anos anteriores?
- 5. O Ministério da Educação adotou o critério de beneficiários apenas com situação regular junto ao Ministério da Fazenda? Caso negativo, qual a justificativa para tal omissão?
- 6. Solicito a apresentação dos valores per capita anuais destinados a cada estudante beneficiado, discriminados por estado.
- 7. Por que estados como Santa Catarina e São Paulo, onde o presidente teve menor votação, apresentam as menores proporções de beneficiários (26,1% e 34,8%, respectivamente), enquanto estados como Piauí e Pará apresentam proporções superiores a 90%, conforme referência na reportagem?
- 8. Quais medidas estão sendo adotadas para corrigir possíveis disparidades entre os estudantes beneficiados por Estado?
- 9. O Ministério da Educação adotou algum programa para consulta pública sobre a quantidade de estudantes beneficiados por Estado e/ou município? Caso negativo, qual a justificativa para tal omissão?
- 10. Qual a justificativa para que estudantes de Estados diversos recebam valores que não são compatíveis, como por exemplo: No Ceará, o valor recebido por estudante é de R\$ 2.684,73, enquanto no Mato Grosso o valor recebido por estudante é de R\$ 2.113,98? Qual a explicação jurídica para esta discrepância?
- 11. Por que os estados do Nordeste receberam maior volume de repasses enquanto outras regiões do país, que também enfrentam desafios na evasão escolar, ficaram em segundo plano?
- 12. Qual é a justificativa para que estados com altos índices de vulnerabilidade educacional, como os Estados da Região Norte, mas onde o atual presidente teve menor votação em 2022, tenham sido menos contemplados?
- 13. Quais estudos ou levantamentos fundamentaram a decisão de beneficiar prioritariamente os Estados que foram contemplados? Encaminhar o estudo.
- 14. Houve alguma consulta pública ou diálogo com governos Estaduais e municipais para definir a destinação dos recursos? Se sim, encaminhar atas e documentos comprobatórios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO

- 15. Como o Ministério da Educação garante que a seleção dos beneficiários não foi influenciada por motivações políticas em detrimento de critérios técnicos e educacionais?
- 16. O governo pretende expandir o programa para outros estados que apresentam altos índices de evasão escolar? Caso afirmativo, qual é o cronograma previsto?
- 17. Qual é o papel dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), na fiscalização dos critérios adotados?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de total transparência no uso de recursos públicos e da suspeita de favorecimento regional sem justificativa técnica clara, faz-se essencial que o Ministério da Educação esclareça os critérios adotados e demonstre a imparcialidade da política pública.

Por esses motivos, justifica-se o presente requerimento de informações. Dessa forma, o presente requerimento busca obter informações detalhadas e concretas, essenciais para assegurar e garantir a efetividade da política pública e uso de recursos públicos sem viés político.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, 6 de março de 2025.

Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO PL/RO



